

➤ **PATRIMÓNIO**

9. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NO LUGAR DE VILAR – FREGUESIA DE TADIM:

Do **Departamento Financeiro**, submete-se para ratificação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a **área de 73,60 m2**, sita no Lugar de Vilar, Freguesia de Tadim, Braga, melhor identificada na planta anexa, para posterior alienação a _____ nos termos do disposto no art.º 25º., n.º 1, alínea q) da citada Lei n.º 75/2013, ao preceituar que é da competência da Assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, e n.º art.º 33º, alínea ccc) da mesma Lei. Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público.

Proposta

ASSUNTO: Processo 2020/450.10.204/4219 – E/46111/2020 – Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 73,60 m², sita no Lugar de Vilar, freguesia de Tadim, em que é requerente

- Considerando que, das informações técnicas dos serviços municipais constantes do processo, se conclui que a desafetação não colide com outras áreas e interesses públicos;
- Considerando que a Junta de Freguesia se pronunciou no mesmo sentido da inutilidade pública da área em questão;
- Considerando que temos constatado que a política de ordenamento de território instituída durante muitos anos no Município de Braga, levou à proliferação de pequenas áreas de terreno cedidas ao domínio público para espaços verdes no âmbito de operações de loteamento, o que constitui um problema para uma eficiente e eficaz gestão dos espaços verdes do concelho, tornando-se espaços sem qualquer utilização, com vegetação, com matéria combustível que pode vir a ser um foco de incêndio, sem qualquer valia para o Município, não possuindo qualquer utilização atual de interesse público;
- Considerando que o princípio de boa gestão do domínio público implica, em alguns casos, desafetar essas pequenas áreas que não servem efetivamente nenhum interesse público e são utilizadas frequentemente para depósitos de lixo, constituindo uma despesa desnecessária para o erário público em função da necessidade da sua manutenção e limpeza;
- Considerando que a ponderação dos interesses em causa aponta no sentido de que a prossecução do interesse público se alcança, neste caso concreto, pela desafetação da área de terreno aqui em causa,

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, com a área total de 73,60 m², melhor identificada na planta anexa, para posterior alienação.

A vereadora do pelouro,

(Olga Pereira)

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Processo nº 2020/450.10.204/4219 – E/46111/2020 – Desafetação de parcela de terreno do domínio público, sita no lugar de Vilar, Freguesia de Tadim.

1. Por determinação do Sr. Vereador João Rodrigues é solicitado a esta Divisão que instrua a proposta a submeter ao Executivo Municipal.

2. A questão colocada no processo prende-se com a eventual desafetação da dominialidade pública duma parcela de terreno com a área total de 73,60 m², com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município para posterior alienação.

3. A pretensão teve na sua base um pedido de desafetação do requerente
que foi objeto de parecer urbanístico e funcional por parte dos serviços técnicos da Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, referindo, em súmula, que:

"A área pretendida integrou o domínio público através do processo de loteamento com o alvará n.º 06/2011, em nome de _____ localizado no lugar de vilar, Freguesia de Tadim.

A envolvente urbana da área pretendida caracteriza-se por habitação unifamiliar e espaço florestal de produção.

Os 73,60m² pretendidos representam 4,72% da área verde integrada em domínio público no alvará inicial, 1559,99 m².

Sobre o interesse da área para outras atividades de utilidade pública:

- . Parques infantis – Desnecessário, dada a localização da parcela.
- . Espaços fitness – Desnecessário, dada a localização da parcela.
- . Paragens de autocarros – Desnecessário, dada a localização da parcela.
- . Ecopontos – Desnecessário, dada a localização da parcela.
- . Percursos pedonais / cicláveis – Desnecessário, dada a localização da parcela.
- . Rotas Culturais / Turísticas – Não colide nem se encontra nas imediações destas rotas.

4. A pretensão está instruída com uma informação de avaliação, que ascende ao montante de € 3.135,36 (três mil cento e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos).

5. Assim, atendendo ao regime jurídico vertido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto, que estabelece, nomeadamente, as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, deve

sublinhar-se que a desafetação do domínio público e a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, quando for expressa, tem de ser devidamente fundamentada em motivos de interesse público.

6. Se a parcela for desafetada do domínio público municipal integrará o domínio privado, deixando deste modo de ser inalienável e imprescritível, características estas dos bens do domínio público, como resulta do citado Decreto-Lei nº 280/2007.

7. Este procedimento obedece a determinadas regras jurídicas e a princípios gerais de direito, como o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público previstos no Código do Procedimento Administrativo e que regem toda a atuação da Administração Pública.

8. Entre essas regras há que considerar o disposto no art.º 25º, nº 1, alínea q), da cit. Lei nº 75/2013 ao preceituar que é da competência da assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, e ao estatuído no art.º 33º, al. ccc) da mesma Lei, conferindo à Câmara Municipal competência material para apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.

9. Atento o que precede, somos a concluir o seguinte:

- I. A pretensão do requerente só será possível mediante prévia desafetação do terreno do domínio público, a aprovar pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro;
- II. Tal desafetação, de acordo com as mesmas informações técnicas, não colide com outras áreas e interesses públicos em presença;
- III. Tudo conforme pareceres e despachos dos serviços técnicos juntos ao processo;
- IV. A avaliação da parcela ascende ao valor de € 3.135,36, como consta da informação de avaliação, no movimento 22 do documento entrada n.º 46111;



- V. A verificar-se que existe fundamento legal para uma possível desafetação da parcela em causa, tal deliberação é da competência exclusiva da Assembleia Municipal (a quem competirá apreciar da existência de interesse público nessa tomada de decisão) precedendo proposta da Câmara Municipal, após a instrução do respetivo procedimento;
- VI. Parece mais prudente e processualmente correto proceder-se à audiência prévia, isto é, ouvir-se os eventuais interessados antes de tomada a deliberação, também por questões de economia processual, pois se viesse a haver reclamações e fossem julgadas procedentes, ter-se-ia de revogar a deliberação.
- VII. Com base nesse entendimento propõe-se que, ao abrigo do princípio da participação e do princípio da prossecução do interesse público, previamente à deliberação, seja publicitado por edital, a possibilidade de, num prazo não inferior a 20 dias, a contar da data da sua publicação, poderem as entidades ou particulares que tenham interesse naquele domínio público, apresentar reclamações devidamente fundamentadas e que entenderem convenientes contra aquela desafetação. No mesmo edital deverá constar a menção de que o respetivo processo administrativo poderá ser consultado.

Braga, 25 de maio de 2021

O Chefe de Divisão do Património,